



Número: **0823492-23.2025.8.15.0000**

Classe: **DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE**

Órgão julgador colegiado: **Órgão Especial**

Órgão julgador: **Gabinete 06 - Des. Joás de Brito Pereira Filho**

Última distribuição : **12/11/2025**

Valor da causa: **R\$ 100.000,00**

Assuntos: **Direito de Greve**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

| Partes | | | Procurador/Terceiro vinculado |
|--|--------------------|-------------------------|-------------------------------|
| MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE (SUSCITANTE) | | | |
| SINTAB - SINDICATO DOS TRABALHADORES PUBLICOS MUNICPAIS DO AGRESTE DA BORBOREMA (SUSCITADO) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 38724 264 | 13/11/2025 10:27 | Decisão | Decisão |



Poder Judiciário da Paraíba
Órgão Especial
Gabinete 06 - Des. Joás de Brito Pereira Filho

DECISÃO

DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE (988)
0823492-23.2025.8.15.0000

Vistos etc.

A hipótese, aqui, é de Ação Declaratória de Ilegalidade de Greve com Pedido de Tutela de Urgência ajuizada pelo Município de Campina Grande, pessoa jurídica de direito público interno, em desfavor do SINTAB – Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais do Agreste da Borborema, em decorrência da comunicação de paralisação geral dos profissionais da saúde da rede pública municipal, com início previsto para o dia 13 de novembro de 2025.

Na inicial (Id. no. 38711896), o ente municipal relata que foi notificado, em 10 de novembro de 2025, por meio do Ofício no 311/2025/SINTAB (ID 38711898), acerca da deliberação da categoria dos profissionais da saúde, em assembleia geral, pela deflagração de movimento grevista. Consoante o referido comunicado, a paralisação se daria em razão da "ausência de avanços nas tratativas referentes às pautas reivindicatórias".

O Município suscitante sustenta, em apertada síntese, a manifesta ilegalidade e abusividade do movimento paredista anunciado. Argumenta que, apesar das dificuldades orçamentárias que assolam os entes públicos, tem empreendido todos os esforços para honrar seus compromissos, aduzindo que a folha salarial da categoria encontra-se quitada, conforme demonstra com a juntada de declaração firmada pelo Diretor Financeiro da Secretaria de Saúde (ID 38711899).

Sob o prisma jurídico, defende que a greve, por se tratar de serviço público essencial e inadiável, qual seja, a saúde, não poderia ser exercida de forma irrestrita, sob pena de violação a direitos fundamentais de toda a população, notadamente o direito à vida e à saúde, consagrados na Constituição da República. Assinala, de forma contundente, que o sindicato suscitado, ao comunicar a paralisação, não apresentou qualquer plano de contingência ou proposta para a manutenção de um efetivo mínimo de servidores, indicando, assim, a intenção de promover uma interrupção total dos serviços, o que seria inadmissível.

Apontando a presença dos requisitos autorizadores da tutela de urgência, notadamente a probabilidade do direito e o perigo de dano irreparável à coletividade, pugna, em sede liminar, pela suspensão imediata do



movimento grevista e a determinação de abstenção da paralisação, sob pena de fixação de multa diária no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Ao final, requer a confirmação da tutela e a declaração definitiva da ilegalidade da greve.

Em sinopse, o relatório do essencial. **Passo a decidir.**

Submete-se a esta Relatoria a análise do pedido de tutela de urgência formulado pelo Município de Campina Grande, que visa a impedir a deflagração da greve anunciada pelos profissionais da saúde para o dia 13 de novembro de 2025. A apreciação, neste momento processual, realiza-se em regime de cognição sumária, adstrita à verificação dos pressupostos legais que autorizam a concessão da medida liminar.

O Código de Processo Civil, em seu artigo 300, estabelece os requisitos para a concessão da tutela de urgência, dispondo que esta será deferida "quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo". Trata-se, portanto, da necessária conjugação do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*.

O primeiro requisito, a probabilidade do direito, consubstancia-se na plausibilidade da tese jurídica invocada pela parte, aferida a partir de um juízo de verossimilhança sobre os fatos e o direito aplicável. O segundo, o perigo de dano, reside na iminência de um prejuízo grave e de difícil ou impossível reparação, caso a tutela jurisdicional seja postergada para o final do processo.

Na hipótese em exame, uma análise perfunctória dos argumentos e documentos apresentados pelo autor revela, com a necessária clareza para esta fase processual, a presença de ambos os pressupostos, justificando a intervenção imediata deste Poder Judiciário para salvaguardar o interesse público primário.

O direito de greve é uma garantia fundamental assegurada aos trabalhadores, inclusive aos servidores públicos, conforme dispõe o artigo 37, inciso VII, da Constituição da República. Contudo, o próprio texto constitucional ressalva que tal direito será exercido "nos termos e nos limites definidos em lei específica". Diante da persistente omissão do Congresso Nacional em editar a referida norma regulamentadora, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Mandado de Injunção no 708/DF, consolidou o entendimento de que, para suprir a lacuna legislativa, deve-se aplicar, por analogia, a Lei no 7.783/1989, que disciplina o direito de greve na iniciativa privada, com as devidas adaptações que a natureza do serviço público exige.

A aplicação da referida lei aos servidores públicos, entretanto, não se dá de forma irrestrita. O exercício do direito de greve encontra balizas intransponíveis quando confrontado com outros valores e direitos de igual ou superior hierarquia constitucional, especialmente no que tange à continuidade dos serviços públicos essenciais.

Nesse diapasão, a Lei no 7.783/1989, em seu artigo 10, inciso II, elenca expressamente a "assistência médica e hospitalar" como serviço ou atividade essencial. A essencialidade de tal serviço decorre de sua vinculação direta e indissociável com a proteção dos direitos fundamentais à vida e à saúde, pilares do Estado Democrático de Direito.

Justamente por essa natureza, a lei impõe aos grevistas um ônus adicional, estabelecendo, em seu artigo 11, uma obrigação inafastável:



Art. 11. Nos serviços ou atividades essenciais, os sindicatos, os empregadores e os trabalhadores ficam obrigados, de comum acordo, a garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

Da leitura do dispositivo, extrai-se um dever jurídico claro e inequívoco por parte da entidade sindical: ao deliberar pela paralisação de um serviço essencial, deve, concomitantemente, apresentar um plano de manutenção das atividades indispensáveis, assegurando que as necessidades inadiáveis da população não fiquem desassistidas. Trata-se de uma formalidade que não é mera burocracia, mas sim a concretização do princípio da ponderação de interesses, visando a harmonizar o exercício do direito de greve com a salvaguarda do bem comum.

No caso em apreço, o exame do Ofício no 311/2025/SINTAB (evento Id. no. 38711898), único documento que formaliza a comunicação da greve, revela uma grave e manifesta omissão.

O Sindicato suscitado limita-se a comunicar a decisão de paralisar as atividades a partir do dia 13 de novembro de 2025, sem fazer qualquer menção à forma como serão garantidos os serviços de urgência e emergência, o funcionamento mínimo de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), de leitos de UTI, ou de quaisquer outros serviços cuja interrupção represente risco iminente à vida.

A ausência de qualquer proposta para a manutenção de um efetivo mínimo ou de um plano de contingência configura um vício que, em sede de cognição sumária, macula de ilegalidade o movimento paredista em sua própria origem. A comunicação de greve em serviço essencial, desacompanhada da garantia de atendimento às necessidades inadiáveis da comunidade, representa um exercício abusivo do direito, em flagrante desacordo com o que dispõe a Lei no 7.783/1989, aplicável à espécie por força da jurisprudência do Pretório Excelso.

Esta Corte, assim como os demais tribunais pátrios, tem reiteradamente reconhecido a ilegalidade de movimentos grevistas em serviços essenciais quando não observadas as formalidades legais, consoante expressa o seguinte aresto:

“AÇÃO DECLARATÓRIA DE ILEGALIDADE DE GREVE. SERVIDORES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE. MOVIMENTO PAREDISTA. DEFLAGRAÇÃO EM DESRESPEITOS ÀS CONDIÇÕES LEGAIS ESTABELECIDAS. INEXISTÊNCIA DE INFORMAÇÃO SOBRE AS MEDIDAS A SEREM ADOTADAS PARA FUNCIONAMENTO MÍNIMO DOS SERVIÇOS. ILEGALIDADE. SERVIÇO DE SAÚDE. ESSENCIALIDADE DECORRENTE DO CARÁTER FUNDAMENTAL DO DIREITO À VIDA. NÃO OBSERVÂNCIA ÀS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NA LEI DE GREVE. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.- O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Mandado de Injunção 708/DF, posicionou-se no sentido da aplicação, aos servidores públicos, da disciplina contida na Lei 7.783/89, que regula o direito de greve dos empregados privados, sem afastar, de acordo com as peculiaridades de cada caso concreto, a faculdade do Tribunal competente de impor a observância a regime de greve mais severo, conclamando itens não particularizados na lei.- “Entre os serviços públicos há alguns que a coesão social impõe sejam prestados plenamente, em sua totalidade. Atividades das quais dependam a manutenção da



ordem pública e a segurança pública, a administração da Justiça onde as carreiras de Estado, cujos membros exercem atividades indelegáveis, inclusive as de exação tributária e a saúde pública não estão inseridos no elenco dos servidores alcançados por esse direito.”(TJPB. Processo no. 0802513-84.2018.8.15.0000, Rel. Des. Marcos Cavalcanti de Albuquerque, Tribunal Pleno, juntado em 28/07/2020)

Configura-se, portanto, a probabilidade do direito invocado, diante da aparente inobservância de requisito formal indispensável para a legalidade da greve em serviço essencial.

O perigo de dano, no caso vertente, revela-se de uma obviedade cristalina e de uma gravidade ímpar. A paralisação dos serviços de saúde, ainda que por um único dia, tem o potencial de gerar consequências drásticas e irreversíveis para a população do Município de Campina Grande, especialmente para os cidadãos mais vulneráveis, que dependem exclusivamente da rede pública para garantir sua sobrevivência e bem-estar.

O direito à saúde, previsto no artigo 196 da Constituição Federal como "direito de todos e dever do Estado", é a consequência lógica e indissociável do direito à vida e do princípio da dignidade da pessoa humana. A interrupção de tratamentos médicos, a suspensão de cirurgias, o fechamento de postos de saúde e, sobretudo, a paralisação dos atendimentos de urgência e emergência, colocam em risco direto e iminente a integridade física e a vida de milhares de pessoas.

O dano que se busca evitar não é meramente patrimonial ou de ordem administrativa; é um dano à própria existência humana. A espera pela tramitação regular do feito, sem a concessão da medida liminar, poderia resultar na perda de vidas, um prejuízo que nenhuma decisão judicial posterior seria capaz de reparar. A coesão social e a ordem pública impõem que determinados serviços sejam prestados de forma contínua e ininterrupta, e a saúde pública está, sem qualquer dúvida, no ápice dessa categoria.

O Supremo Tribunal Federal, em decisão paradigmática citada na própria petição inicial, já se manifestou sobre a excepcionalidade que envolve o direito de greve de categorias responsáveis por serviços públicos essenciais, cujo exercício pleno poderia comprometer a própria estabilidade social. Conforme asseverado no julgamento da Reclamação no 6.568/SP, de relatoria do Ministro Eros Grau:

EMENTA RECLAMAÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO. POLICIAIS CIVIS. DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE. SERVIÇOS OU ATIVIDADES PÚBLICAS ESSENCIAIS. [...] 2. Servidores públicos que exercem atividades relacionadas à manutenção da ordem pública e à segurança pública, à administração da Justiça – aí os integrados nas chamadas carreiras de Estado, que exercem atividades indelegáveis, inclusive as de exação tributária – e à saúde pública. A conservação do bem comum exige que certas categorias de servidores públicos sejam privadas do exercício do direito de greve. Defesa dessa conservação e efetiva proteção de outros direitos igualmente salvaguardados pela Constituição do Brasil. [...] Os servidores públicos são, seguramente, titulares do direito de greve. Essa é a regra. Ocorre, contudo, que entre os serviços públicos há alguns que a coesão social impõe sejam prestados plenamente, em sua totalidade. Atividades das quais dependam a manutenção da ordem pública e a segurança pública, a administração da Justiça – onde as carreiras de Estado, cujos membros exercem atividades indelegáveis, inclusive as de exação tributária – e a saúde pública não estão inseridos no elenco dos servidores alcançados por esse direito. [...] (Rcl 6568, Relator(a): EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 21/05/2009).



Assim, na ponderação entre o direito de greve da categoria, por mais legítimas que sejam suas reivindicações, e o direito à saúde e à vida de toda uma coletividade, este último deve preponderar de forma absoluta, mormente quando o exercício do primeiro se dá, como parece ser o caso, em aparente descompasso com as normas que o regem.

Dispositivo

Ante as considerações tecidas, à conta da motivação supra, vislumbrando a robusta presença dos requisitos do artigo 300 do Código de Processo Civil, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA pleiteada pelo Município de Campina Grande para:

a) Determinar que o SINTAB – Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais do Agreste da Borborema se abstenha de deflagrar a greve dos profissionais da saúde da rede municipal, programada para iniciar-se em 13 de novembro de 2025, ou, caso já iniciada quando da intimação desta decisão, que promova sua imediata suspensão, com o retorno integral dos servidores às suas atividades normais, até ulterior deliberação deste juízo;

b) Fixar, para o caso de descumprimento desta ordem judicial, multa diária no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser suportada pela entidade sindical suscitada, sem prejuízo da apuração de responsabilidade civil, administrativa e criminal de seus dirigentes.

Intime-se, com a máxima urgência, o Sindicato suscitado, na pessoa de seu representante legal, para cumprimento imediato desta decisão, servindo cópia da presente como mandado.

Após, cite-se o suscitado para, querendo, apresentar contestação no prazo legal.

Intime-se, ainda, o Ministério Público do Estado da Paraíba para, na qualidade de custos legis, intervir no feito.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

João Pessoa, data e assinatura lançadas através de meio digital.

